

# TRABALHADORES NEGROS E AS MÁCULAS DA ESCRAVIDÃO NO MUNDOS DO TRABALHO NO INÍCIO DO SÉCULO XX

SANTOS, Marcos.<sup>1</sup>

## **Resumo:**

Após o fim da escravidão no Brasil, as permanências de séculos de prática escravistas não se extinguiram imediatamente após a abolição. Socialmente o negro não foi inserido como cidadão com direitos, no entanto no mercado de trabalho a sua utilização se fazia necessária uma vez que o país precisava de braços para tocar não apenas as tarefas mais triviais da cidade, mas sua principal atividade, o recente surto de industrialização. No entanto, o processo de inserção do negro no mercado de trabalho da época não foi feito sem adversidades, associações mutualistas, sindicatos e as forças repressivas representavam empecilhos a tentativa de inserção dentro deste cenário. É sobre esse ponto que esse trabalho se debruçara, as dificuldades encontradas pelos negros e as formas de driblar as máculas de séculos de escravidão.

**Palavras-chave:** Trabalhadores; Escravidão, Mundos do Trabalho.

Mesmo após o término da escravidão no país, muitas práticas do período se fizeram presente no século XX seja no âmbito social ou cultural. Neste trabalho foco nas questões relativas ao mundo do trabalho, onde as permanências do período da escravidão estão latentes, seja na forma que os negros eram tratados pelos seus patrões ou como eram vistos pelas forças policiais.

Com a ruptura do século XIX para o século XX as transformações urbanas se intensificaram e as indústrias foram se estabelecendo gradativamente nesses espaços. Dessa forma, um grande adensamento populacional foi verificado o que explicitou as limitações das cidades em termos de infraestrutura. Problemas com moradia, abastecimento de água, esgoto, coleta de lixo e violência passaram a fazer parte do cotidiano dos moradores desses espaços. Os problemas citados anteriormente atingiram especialmente as classes populares, majoritariamente negra e recém liberta do trabalho escravo, dessa maneira, essa população passa a ser vista como um problema para as elites políticas e econômicas das grandes cidades.

As raízes das perseguições as condutas tidas como “perigosas” são oriundas do período Imperial em que o Código Criminal incidia sobre as ações e manifestações cotidianas das classes populares, em especial os negros que cada vez mais se espalhavam pela cidade, movimento que se intensificou com a abolição da escravidão. Uma obra importante sobre as reformas urbanísticas e a perseguição as classes populares foi Cidade Febril de Chalhoub que verifica o processo de destruição do cortiço intitulado Cabeça de Porco na cidade do Rio de Janeiro, então capital do Brasil no ano de 1893.

---

<sup>1</sup> Doutorando do Programa de Pós Graduação em História da UFSM. Email: marcosalesandro1@gmail.com

Tão verdadeiro é o princípio que anunciamos que em todos os países mais cultos os homens, que estão à frente da administração pública, procuram, na órbita de suas atribuições, melhorar o estado da higiene pública debaixo de todas as relações, como um elemento de grandeza e propriedade desses países (CHALHOUB, 1996, p. 34).

As dificuldades financeiras representaram um empecilho a reformas de grande parte da cidade, sendo comuns que espaços revitalizados estivessem com proximidade às ruas estreitas e a moradias populares (SANTOS, 2017). Tal proximidade causaria desconforto nas elites locais e na população pobre que estaria sob a mira das forças repressivas. Como superar os estigmas da escravidão que deixaram uma visão negativa acerca do trabalho, como transformar o trabalho em algo digno e fazer com que a engrenagem do capitalismo pudesse ser movida no país?

Eram os desafios que inquietaram as autoridades nacionais desde o fim do Império e perdurou nas primeiras décadas do século XX (DINIZ, 1988). Em uma sociedade capitalista nos moldes industriais a obrigatoriedade do trabalho é fundamental para que o sistema esteja de pé, sendo assim atrela-se ao trabalho valores morais e uma espécie de compromisso com a sociedade através do trabalho que passa a ordenar a sociedade, sendo aquele que não trabalha, um indivíduo que está quebrando este pacto social para o desenvolvimento.

Caio Prado Junior em *Formação do Brasil Contemporâneo* faz uma análise profunda sobre o papel do negro na sociedade brasileira, no entanto peca por uma visão dos negros como vítimas quase que incapazes de resistir a dominação imposta pelos portugueses. O autor afirma que devido a violência que era vítima, os negros escravizados teriam sua capacidade de vivenciar sua cultura extremamente limitada, resultando em um

sujeito alienado, sem vínculos afetivos com o país, sendo marcado por um desestímulo em formar uma família estável.

O autor estabelece uma hierarquização cultural no país, colocando a contribuição dos povos europeus (portugueses) como protagonistas do processo de nosso “engrandecimento cultural”, relegando a contribuição dos negros e dos povos originários como segundo plano sem muito terreno além da contribuição da força física por séculos de exploração (PRADO, 1994). A visão negativa acerca das culturas fora do dito mundo “civilizado”, onde o autor ao longo de sua obra não aponta pontos positivos da contribuição dos escravos e dos indígenas, chegando inclusive a rotular suas manifestações como selvagens e instintivas. Tal postura do autor se ampara no argumento de que a escravidão se constituía como um obstáculo intransponível ao negro, que deixou uma mácula irreparável em seu povo, condenando-o permanentemente ao papel de coadjuvante.

No entanto, assim como a nova história do trabalho que teve um sopro de vitalidade nos finais da década de 70 e início de 80, a história da escravidão também passou a ser remodelada, tanto nas abordagens quanto em seu escopo de fontes (processos de crime). As lutas escravas, agora não sendo resultado de uma instintividade, e sim de uma organização desses indivíduos, faz com que se tornem protagonistas da própria trajetória, e não apenas consequência dos fatos.

Podemos afirmar que o pontapé inicial nesse processo foi a obra da historiadora Katia Mattoso, *Ser escravo no Brasil*, que questionava a tese defendida anteriormente de uma total submissão a escravidão, um modelo em que o escravo estaria cercado por todos os lados, não sendo possível resistir às investidas do senhor (MATTOSO, 2017). Verificar as estratégias utilizadas pelos escravos em meio à violência é parte fundamental da tentativa de não invisibilizar esses sujeitos e endossar a narrativa de que os escravos eram completamente submissos.

A intenção é demonstrar que a produção historiográfica no final dos anos 70 e início dos anos 80 promoveu uma fissura nos modelos interpretativos que se debruçaram sobre os desdobramentos das questões sociais na história. A fissura altera o viés sobre as relações de dominação imposta entre os sujeitos na historiografia onde passa a ser contestada a suposta dominação total, uma sujeição completa do indivíduo sobre outro.

Podemos afirmar que se propôs uma recusa à outrora preponderância dos enfoques econômicos e um maior equilíbrio com as questões políticas e culturais para que as questões relativas aos dominantes e os dominados pudessem ser enriquecidas. Tal enriquecimento faz uma recusa à tese de que haveria uma dominação total no que diz respeito ao econômico, cultural e político do indivíduo, uma sujeição completa de um sob

o outro capaz de aniquilar, controlar em todas as nuances fazendo com que o sujeito fosse apenas um esboço, coisificando o, desumanizando, privando de qualquer possibilidade de resistência.

Esses atores mesmo em condições por vezes degradantes impõem ao seu modo formas de resistência e negociações com seus algozes, momentos de maior repressão com momentos de maior negociação de questões cotidianas, analisar essas relações de poder e como ele se estabelece em determinados contextos. Questionar a suposta tese de um poder e dominação total de um grupo sobre o outro nada mais é do que uma tentativa de esmiuçar as questões referente a dominação, ampliando seu leque e verificar se em algum momento as tensões entre subordinados e algozes se aliviavam por ter alguma demanda em comum, ou negociações que tornasse possível mesmo que por um breve momento, uma suavização na dureza dos dias.

Um dos objetivos iniciais seria a desmistificação de algumas questões relativas ao trabalho escravo e a escravidão como um todo, engendrando seu viés cultural e político. Ao falar de mito me refiro a questões sem grande embasamento que foram ganhando espaço por motivações diversas, seja por relatos de viajantes e uma historiografia da primeira república fortemente influenciada pela sociologia que apontavam em diversas vezes uma suposta alienação do povo brasileiro para explicar suas dificuldades. Um dos mitos seria da suposta não violência da Escravidão no Brasil, narrativa que teve muita

força em especial na região Sul do Brasil (XAVIER, 2017), de uma dita docilidade nas relações entre escravos e senhores, das crianças negras criadas próximas a casa grande e que por isso tinham um tratamento semelhante ao dos filhos o que por vezes facilitava a vida dos pais ou até alforrias. Tais aspectos que enumerei anteriormente estão presentes no pensamento de Gilberto Freyre que em *Casa Grande Senzala* debruçou sobre esses aspectos que influenciaram de maneira muito incisiva as ciências sociais até a primeira metade do século XX.

Tal mito sobre a suposta dominação total e irrestrita sobre os escravos deixava-os em patamar de “coisa” desumanizando o indivíduo e o soterrando em explicações que não davam conta da complexidade das relações entre senhores e escravizados. A historiografia “compra” a narrativa dos senhores e transpassa para os livros criando toda uma aura de desumanização em torno da escravidão, que apesar de serem seres humanos eram relatados como seres que não tinham escapatória da dominação, sendo suas ações muito mais instintivas e motivadas por sua condição do que por uma tomada de consciência enquanto indivíduo.

No entanto, outra característica dessa narrativa emerge se por um lado o negro seria retratado como incapaz de reagir a tal dominação ampla e irrestrita, outra possibilidade (não nobre) se abria, sem que, no entanto o retirasse do viés desumanizado, seria o “escravo rebelde”. O radicalismo colocado como uma reação instintiva, quase que animal, apesar de romper com o dito estado de alienação do anterior, não rompe e até reforça a tese da coisificação, pois essa revolta não é retratada como orquestrada entre os escravos, e sim fruto de uma raiva ou revanche que qualquer ser vivo poderia ter.

João José Reis em sua obra *“Ganhadores: A greve negra de 1857 na Bahia”* analisa um grupo de negros chamados de “ganhadores” que seriam homens que trabalhavam pelas ruas de Salvador desempenhando atividades vitais para o cotidiano como transporte de mercadoria e questões relativas aos dejetos e transportes de água, ou seja, esses trabalhadores eram fundamentais para a manutenção de uma ordem mínima para a capital baiana.

Importante frisar que o fenômeno narrado por Reis não foi exclusivo da Bahia, se fez presente em diversos outros Estados do Brasil, cabia aos negros (libertos ou não) esse tipo de serviço essencial para a economia local sem que fosse imaginável não contar com seus serviços. No entanto, Reis assinala que em meados do século XIX a configuração

étnico racial desse grupo de trabalhadores foi se alterando pouco a pouco fazendo com que além de negros (libertos ou não) estivessem nas fileiras de trabalhadores, juntaram-se a eles mestiços e até brancos.

Dada essa informação importante sobre a questão da composição desse grupo de trabalhadores um traço importantíssimo destacado por Reis abala as estruturas de uma suposta alienação dos escravos no Brasil uma vez que esses trabalhadores, se reuniam de forma organizada com o intuito de criar uma organização maior do trabalho que era feito. Sendo assim, era eleito para cada localidade, um intitulado “capitão” que era empossado através de uma eleição entre eles que por vezes seria altamente ritualizada, dando uma importância ao fato e conferindo importância ao cargo ocupado que seria levado a conhecimento das autoridades públicas (REIS, 2019). Diante de tal afirmação, podemos perceber que a tese de que os negros não tinham organização alguma, eram fruto de uma questão meramente instintiva não se sustenta a uma análise mais acurada dos fatos e lidando com arcabouço documental mais amplo como fez o autor em seu artigo.

O controle sobre a atividade denota uma percepção acurada sobre o mercado de trabalho da época, aspecto que certamente passou “batido” pela historiografia tradicional. A figura do capitão demonstra que os trabalhadores reconheciam a autoridade eleita e escolhida por eles mesmos com o intuito de organizar o cotidiano e de viabilizar melhores condições no que diz respeito a sua legitimação perante a sociedade.

Uma demonstração da organização desses indivíduos é que no ano de 1857 o Estado tenta impor uma regulação que minaria a figura do capitão e toda cultura de trabalho que fora criada em torno disso, diante de tal impasse a chamada “greve negra” tem início paralisando as atividades que ocorriam na capital baiana. A greve tem uma composição interessante se analisarmos que nos ditos “ganhadores” temos homens negros escravos e libertos que ganham apoio inclusive dos seus senhores que estariam interessados nos ganhos que seus cativos conseguiam com o trabalho nos fretes dos mais variados tipos (REIS, 2019).

Ou seja, as multiplicidades de alianças e desdobramentos que ocorrem em meio as questões relativas à escravidão não cabem em análises superficiais que delimitam o espaço desses sujeitos a dominação supostamente completa, nem a uma revolta atrelada a sua bestialidade. É importante observar que tais sujeitos eram capazes de reivindicar, existir e resistir sem que necessariamente subverta-se a ordem vigente de forma total. Diante da insatisfação dos senhores e da paralisação dos serviços na cidade as autoridades

do Estado da Bahia recrudesceram em seus objetivos de extinguir a figura do capitão o que demonstra a força desses indivíduos e a importância que eles tinham para o cotidiano da cidade.

Uma outra obra de destaque que possibilita uma visão diferente sobre a população negra do Brasil, seja livre ou não é a de Sidney Chalhoub em sua *“Visões de liberdade”* onde aborda os anos finais da escravidão no Brasil e a intensificação do tráfico entre as províncias brasileiras como forma de burlar a lei que estava sob atenção da Inglaterra. Chalhoub verifica que aproximadamente cem mil negros se deslocaram entre as províncias com especial destino para região sudeste por conta do café tendo como ponto principal o porto do Rio de Janeiro.

Através de uma minuciosa análise documental que é centrada principalmente em processos criminais, o autor analisa essas locomoções dos escravos e as atuações desses sujeitos no meio desse processo, pois seria uma ingenuidade muito grande acreditar que tais modificações no cotidiano dos escravos se fariam sem alguma resistência ou que esses sujeitos não tentariam de alguma forma reivindicar algo, barganhar mesmo que em uma condição extremamente desfavorável.

Dessa maneira, a lei do ventre livre surge como uma possibilidade a mais de promover fissuras na estrutura da escravidão uma vez que os cativos passam a poder barganhar de forma mais incisiva chegando Chalhoub a falar em cultura política dos escravos. Não tenho aqui a intenção de entrar em tal debate, mas é importante apontar que tais posturas adotadas não condizem com uma suposta apatia que foi apontada aos escravos por décadas na historiografia nacional.

É notório a tentativa dos trabalhadores livres tentarem se livrar de qualquer estigma que o trabalho escravo possa ter sob seu labor, a mácula da escravidão conferia ao trabalho um sentido negativo, no entanto com o novo modelo de desenvolvimento, o operário seria parte fundamental desse processo, sendo assim, seria preciso criar uma clara distinção entre ambos. Nesse sentido, Cláudio Batalha verifica uma análise feita no início do século XX.

um proletário atrasadíssimo, a um ou dois séculos de distância do proletariado europeu. Na parte indígena— pretos, mulatos, e brancos predomina a subserviência da escravidão, abolida havia um ano; porque os hábitos e as tradições daquele nefasto regime não se limitavam às suas presas diretas: refletindo-se como ainda hoje se refletem, sobre todos os que ainda trabalham para outrem (BATALHA, 1991, p, 112)

Percebemos que, a escravidão não apenas estava muito viva no imaginário do

# HISTÓRIA, CRISE AMBIENTAL E

# VULNERABILIDADES SOCIAIS

PUC Goiás / 2 a 6 de maio de 2022/ Formato híbrido

proletário brasileiro, como as suas analogias com a atual condição imposta pelo capitalismo industrial. No trecho acima a escravidão não está associada apenas aos castigos físicos, o fato de terem apenas a sua força de trabalho para “negociar”, seus braços serem a única maneira de estarem presentes no incipiente mercado de trabalho e pela baixa remuneração.

## Referências

BATALHA, Cláudio. *Identidade da classe operária no Brasil (1880-1920): atipicidade ou legitimidade*. Revista Brasileira de História, v. 12, n. 23-24, set. 1991

CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril – Cortiços e epidemias na Corte Imperial**. São

CHALHOUB, Sidney. **Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte**. São Paulo: Companhia das letras, 1990.

CHALHOUB, Sidney. **A força da escravidão**. Ilegalidade e costume no Brasil oitocentista. São Paulo: Companhia das Letras. 2012

DINIZ, Ariosvaldo da Silva. **A Maldição do Trabalho: homens pobres, mendigos, ladrões... no imaginário das elites nordestinas – 1850/1930**. João Pessoa: 1988. (Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais).

SANTOS, Emanuel Moraes Lima dos. **A fábrica de tecidos da Macaxeira e a Vila dos Operários: a luta de classes em torno do trabalho e da casa em uma fábrica urbana com vila operária (1930-1960)**. 2017.

SANTOS, Marcos. **Vilas operárias: centros de ordem e exclusão na vila operária de Camaragibe (1900 – 1929)**. Dissertação de mestrado. UFPB. 2017.

REIS, João José. **Ganhadores: a greve negra de 1857 na Bahia**. São Paulo: Cia das Letras, 2019

XAVIER, Regina Célia Lima. **História da escravidão e da liberdade no Brasil Meridional**. 2007.

MATTOSO, Kátia de Queiróz. **Ser escravo no Brasil**. 2. Ed. São Paulo: Brasiliense, 2017 MCT/CNPq, 1988).

PRADO Jr., Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo, Editora Brasiliense,

# HISTÓRIA, CRISE AMBIENTAL E VULNERABILIDADES SOCIAIS

PUC Goiás / 2 a 6 de maio de 2022/ Formato híbrido

23ª edição, 1994. 390 p.